

Ata N.º	26/2014
Livro N.º	Folha N.º
37	

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**ATA N.º 26/2014 DE 15 DE DEZEMBRO**

----- Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a vigésima sexta reunião camarária do ano em curso, de natureza extraordinária, por iniciativa do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, ao abrigo do n.º 1 do art.º 41.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e sob a sua presidência, estando presentes os Vereadores Dr.ª Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereador em regime de não permanência e a Dr.ª Liliana Ferreira Soares, em substituição do Sr. Carlos Dias Mota, Vereador em regime de não permanência, a pedido deste por não poder estar presente, ao abrigo do art.º 78.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de janeiro, e 75/2013, de 12 de setembro, conforme comunicação escrita registada na Câmara Municipal em 12 de dezembro de 2014, de que o Executivo tomou conhecimento. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram catorze horas, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Aquisição de Energia Elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal para o ano de 2015 – Agrupamento de Entidades Adjudicantes – Procedimento de Concurso Público com publicação de anúncio no JOUE – Decisão de Adjudicação.**-----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 15 de dezembro de 2014, do seguinte teor integral: -----

*“Considerando que:*

a) Com vista à formação de um contrato de fornecimento de energia elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal para satisfação de necessidades de energia elétrica de instalações, edifícios e iluminação pública para o ano de 2015, foi constituído, ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do art.º 39.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), um Agrupamento de Entidades Adjudicantes conforme Protocolo de 23 de setembro de 2014 aprovado pelo CI – Conselho Intermunicipal da CIMVDL – Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões em reunião realizada na mesma data, envolvendo a CIMVDL, os catorze municípios associados e outras entidades.

b) Em conformidade com o disposto no n.º 3 do art.º 39.º do CCP, esta Câmara Municipal, por deliberação tomada na reunião ordinária que teve lugar no passado dia 3 de outubro de 2014, decidiu contratar o referido fornecimento de energia elétrica, ficando designada aquela CIMVDL como Representante do Agrupamento nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 39.º para efeitos de condução do procedimento de formação do contrato, sendo ainda decidido, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 38.º do CCP, que o procedimento pré-contratual de formação do contrato para a execução da referido fornecimento de energia elétrica recaísse na modalidade de Concurso Público ao abrigo da alínea b), do n.º 1, do art.º 20.º do CCP, com a tramitação decorrente dos artigos 130.º e seguintes do mesmo Código, sendo denominado «Concurso Público para aquisição de energia elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, para as instalações dos Municípios da CIM Viseu Dão Lafões e afins».

c) A abertura do concurso público foi concretizada através do Anúncio de Procedimento n.º 5.707/2014 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 197, de 13 de outubro de 2014, e Anúncio de Concurso n.º 351262-2014 publicado no Suplemento do Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) n.º 199, de 16 de outubro de 2014, tendo o prazo de apresentação de propostas decorrido até ao passado dia 23 de novembro de 2014.

d) O Júri do Procedimento propõe no seu Relatório Final, datado de 3 de dezembro de 2014, que a adjudicação do fornecimento seja efetuada ao concorrente EDP COMERCIAL – Comercialização de Energia, S.A., classificado em primeiro lugar, segundo o critério de adjudicação do mais baixo preço, conforme Relatório Preliminar de 25 de novembro, pelo preço contratual global de € 10.847.410,71 (dez milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e dez euros e setenta e um cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor de 23%.

Ata N.º	26/2014
Livro N.º	Folha N.º
37	

*e) Como não foi definido preço base (cf. art.º 6.º do Programa do Procedimento), e foi estabelecido um regime próprio de repartição da responsabilidade entre as entidades adjudicantes (cf. art.º 24.º do Caderno de Encargos) e o procedimento adotado permite a celebração de um contrato de qualquer valor (trata-se de um concurso público com publicação de anúncio no JOUE), cada entidade adjudicante só será responsável para com o Agrupamento pelo pagamento da fração da despesa inerente ao contrato a celebrar correspondente à energia elétrica que efetivamente vai adquirir, que assim constará na respetiva decisão de adjudicação.*

*f) Para efeitos do procedimento de formação do contrato, cada entidade adjudicante comunicou à CIMVDL os respetivos consumos no ano transato, que no caso deste Município totalizavam o valor, excluído o IVA, de € 266.965,41 (duzentos e sessenta e seis mil, novecentos e sessenta e cinco euros e quarenta e um cêntimos)*

*g) Conforme documentação remetida pelos serviços da CIMVDL a fração da despesa que compete ao Município de Vila Nova de Paiva é a correspondente à fração do preço contratual proposto pela EDP COMERCIAL, que é no montante, excluído o IVA, de € 218.120,32 (duzentos e dezoito mil, cento e vinte euros e trinta e dois cêntimos), o que representa uma poupança de € 48.845,09 (quarenta e oito mil, oitocentos e quarenta e cinco euros e nove cêntimos) em relação ao valor anteriormente pago para os mesmos consumos*

*h) De acordo com o n.º 3 do art.º 39.º do CCP, a decisão de adjudicação terá que ser tomada conjuntamente pelos órgãos competentes de todas as entidades adjudicantes que integram o Agrupamento, nos mesmos termos que o foi a decisão de contratar e a escolha do procedimento.*

*i) Em conformidade com o n.º 1 do art.º 76.º do CCP, a decisão de adjudicação compete ao órgão competente para a decisão de contratar que, no caso deste Município é a Câmara Municipal dado ter-lhe competido a decisão de autorização da despesa ao abrigo do limite de despesa estabelecido no art.º 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mantido em vigor pelo art.º 14.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, estando implícita nesta competência a decisão de contratar a que se refere o art.º 36.º do CCP.*

*Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere:*

*1.º) Aprovar as propostas contidas no Relatório Final do Júri do Procedimento datado de 3 de dezembro de 2014;*

2.º) *Adjudicar o fornecimento de energia elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, para as instalações do Município de Vila Nova de Paiva, para o ano de 2015, ao concorrente EDP COMERCIAL – Comercialização de Energia, S.A., classificado em 1.º lugar, pelo preço contratual de € 218.120,32 (duzentos e dezoito mil, cento e vinte euros e trinta e dois cêntimos), a que acresce o IVA no montante de € 50.167,67 (cinquenta mil, cento e sessenta e sete euros e sessenta e sete cêntimos), à taxa legal em vigor de 23%, o que totaliza € 268.287,99 (duzentos e sessenta e oito mil, duzentos e oitenta e sete euros e noventa e nove cêntimos).*

3.º) *Que nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do art.º 77.º do CCP, o Representante do Agrupamento proceda à notificação do Adjudicatário da decisão de adjudicação e, em simultâneo, os restantes concorrentes, acompanhada do Relatório Final do Júri do Procedimento e para que, nos termos do n.º 2 do art.º 77.º do CCP, o Adjudicatário seja também notificado para:*

*a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do art.º 81.º do CCP e referidos no art.º 26.º do Programa de Procedimento, no prazo aí fixado de cinco dias úteis, contado da data de notificação da decisão de adjudicação;*

*b) Prestar caução, conforme n.º 1 do art.º 88.º do CCP, correspondente a 5% do referido preço contratual, a favor do Município de Vila Nova de Paiva, equivalente a € 10.906,02 (dez mil, novecentos e seis euros e dois cêntimos), cujo modo de prestação é o referido nos Anexos ao Programa de Procedimento, devendo ser apresentada no prazo de dez dias úteis contados da data da notificação da decisão de adjudicação; ou, em alternativa à prestação de caução, e conforme previsto no Programa de Procedimento, poderá apresentar um seguro da execução do contrato a celebrar, que cubra o respetivo preço contratual, a emitir nos termos referidos no n.º 4 do art.º 88.º do CCP.*

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal da Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram catorze horas e dez minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a

Ata N.º <b>26/2014</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>37</b>	

[illegible]